



1
2
3
4
5
6

**MINISTÉRIO
DO TRABALHO
E EMPREGO**

7
8

**Conselho Nacional de Imigração
CNIg/III/01/04/2008**

9
10
11
12

ATA

13 Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões do quarto
14 andar do Edifício-Sede do Ministério do Trabalho e Emprego, localizado na Esplanada
15 dos Ministérios em Brasília, Distrito Federal, esteve reunido o Conselho Nacional de
16 Imigração para a realização da III Reunião do ano, sob a Presidência do senhor Paulo
17 Sérgio de Almeida, com a presença dos seguintes Conselheiros: Rinaldo Gonçalves de
18 Almeida (MTE); Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo (UGT); José Ribamar Dantas
19 (CGTB); Ralph Henderson (MRE); Lídia M. Amaral (MCT); Cristina Aires (CNI);
20 Maurício Lucena do Val (MDIC); Miguel Salaberry Filho (SDS); Nielsen de Paula
21 Pires (MEC); Marjolaine do Canto (CNC); Raimundo Nonato de Araújo (MAPA);
22 Luciano Pestana Barbosa (MJ); Elias Ferreira (Força Sindical); Osório Vilela Filho
23 (MTur); Marilena Funari (CNF); Luciana Cardoso de Carvalho (CNA). Estiveram
24 presentes o senhor Aldo Cândido, Coordenador do CNIg; como observadoras, as
25 senhoras Irmã Rosita Milesi (IMDH) e Larissa Lamera (MPAS); do Ministério da
26 Justiça, a senhora Luciana Gonçalves Amélio; e como representantes do Sebrae para
27 proferir apresentação, os senhores Silmar Pereira Rodrigues e Joana. **1. Abertura:**
28 Primeiramente, o senhor Presidente Paulo Sérgio de Almeida verificou o *quorum* para,
29 assim, dar início à III Reunião do Conselho Nacional de Imigração do ano de dois mil e

30 oito. Porquanto, noticiou aos presentes que a publicação em que constava a proposta de
31 agenda provisória daquela reunião trazia também a Ata da segunda reunião para
32 aprovação e o *clipping* de notícias. No ínterim, comunicou, ainda, que a partir daquela
33 ocasião o *clipping* seria restringido somente para matéria impressa, e que seria criado
34 um grupo privado do Conselho para que todas as notícias de matéria eletrônica e de
35 interesse público fossem divulgadas na internet. Em seguida, anunciou que ultimamente
36 vinha sendo noticiada a chamada crise entre Brasil e Espanha, em que brasileiros foram
37 impedidos de ingressar no espaço europeu através da Espanha, ocasião que gerou uma
38 imensa repercussão, citando casos de acadêmicos brasileiros que foram impedidos de
39 entrar naquele país. Sobre a questão da Espanha também mencionou a respeito de uma
40 solicitação de agenda com o Conselho Nacional de Imigração na Espanha, aprovada na
41 última reunião, citando que a Secretaria do CNIg encaminhara os ofícios a todas as
42 entidades interessadas no encontro, pois o objetivo era a realização de reuniões com as
43 entidades que representavam comunidades de brasileiros nas cidades de Madri e
44 Barcelona. Da mesma forma, informou que havia um encontro marcado com a
45 representação do Ministério do Trabalho da Espanha, em razão de ser aquele órgão o
46 responsável por toda a parte migratória do país, sendo que já havia um convite da
47 Fundação Hispano-Brasileira para uma visita do Conselho Nacional de Imigração à
48 instituição. Com isso, mencionou o convite feito ao CNIg pela Rede das Comunidades
49 Brasileiras na região da Catalunha, na qual haveria uma seqüência de visitas à região,
50 cuja principal cidade era Barcelona. Em seqüência, agradeceu pela presença dos
51 representantes do Sebrae, o senhor Silmar Pereira Rodrigues e senhora Joana. Diante
52 disso, relatou sobre a visita realizada às comunidades brasileiras em Boston, nos
53 Estados Unidos, em que se verificou a necessidade em que as pessoas tinham no sentido
54 de se capacitarem na área de empreendedorismo, porque muitos imaginavam voltar ao
55 Brasil e se estabelecer, enquanto pequenos empresários acabavam, muitas vezes,
56 investindo mal os seus recursos e perdendo anos de trabalho no exterior, ocasionando
57 um fenômeno conhecido como remigração, e, dessa forma, explicou a presença da
58 representação do Sebrae naquela reunião. Seguidamente, fez saber que o Conselheiro
59 Vitor Luiz da Silva Carvalho, Representante da CUT, esteve impossibilitado de
60 comparecer à reunião por razões de compromissos assumidos, e que a senhora Eunice
61 Lea Moraes, Representante da SPM, também não pôde estar presente, mas sua ausência
62 fora justificada por meio de carta encaminhada à Presidência do CNIg. **2. Aprovação**
63 **da Agenda Provisória:** Em continuidade, o Presidente Paulo Sérgio passou à

64 aprovação da Agenda Provisória. Desse modo, leu a pauta aos conselheiros e informou
65 que a única ressalva seria a inversão do ponto seis para se tornar o ponto quatro da
66 Agenda Provisória. **3. Aprovação da Ata da Reunião/CNIg/II/2008:** Seguindo, então,
67 com a pauta passou para o item três referente à aprovação da ata da II Reunião do CNIg
68 de dois mil e oito, realizada nos dias quatro e cinco de março. Com as devidas
69 considerações apresentadas, deu por aprovada a Ata da reunião. A conselheira
70 Marjolaine do Canto informou que a conselheira Adriana Giuntini, representante da
71 CNT, não poderia comparecer à reunião devido problema de saúde sendo, então, sua
72 ausência justificada. **4. Apresentação sobre as iniciativas do Sebrae quanto à**
73 **capacitação de brasileiros empreendedores no exterior:** Prosseguindo, o Presidente
74 do CNIg, Paulo Sérgio de Almeida, agradeceu a presença dos representantes do Sebrae,
75 o senhor Silmar Pereira Rodrigues e a senhora Joana, e afirmou que a explanação que
76 fariam seria importante para que o Conselho pudesse conhecer as iniciativas do Sebrae
77 em relação ao apoio e à capacitação em empreendedorismo para brasileiros que
78 residiam no exterior, que pretendiam residir ou que haviam regressado do exterior.
79 Completou dizendo que o Conselho estava desenvolvendo um projeto, que era uma
80 prioridade do Ministério Trabalho e Emprego, no caso, a implantação das chamadas
81 “Casas do Trabalhador Brasileiro”. Da mesma forma, explicou que o intuito era de que
82 o Ministério do Trabalho pudesse apoiar iniciativas das comunidades de brasileiros, no
83 sentido de levar informação para os trabalhadores brasileiros no exterior, visando a que
84 soubessem das regras de acesso ao mercado de trabalho naquele país e dos direitos e
85 deveres enquanto trabalhador migrante e, também, para trabalhar um projeto de
86 qualificação profissional. Disse, ainda, que no caso de trabalhadores que optassem por
87 retornar ao Brasil pudesse haver projetos no sentido de melhorar a possibilidade de
88 inserção desse trabalhador no mercado de trabalho. Ao final, afirmou que a idéia de
89 chamar o Sebrae para a reunião do Conselho estava na perspectiva de ter projetos
90 ligados as comunidades de brasileiros no exterior. Ao iniciar sua explanação, o senhor
91 Silmar Pereira Rodrigues, representante do Sebrae, agradeceu a oportunidade de
92 informar aos Conselheiros sobre os projetos desenvolvidos na sua instituição. Com isso,
93 explicou que o Sebrae estava realizando um trabalho em articulação com o Banco
94 Interamericano de Desenvolvimento através do Fomin, um fundo que oferecia recurso
95 não-reembolsáveis e, juntamente com a Associação Brasileira de Dekasseguis; informou
96 que Dekasseguis era a designação dada aos brasileiros que imigram para o Japão para
97 trabalhar. Outrossim, destacou que o programa tinha um público-alvo com, em média,

98 duzentos e catorze mil brasileiros, mas que os números variavam de acordo com a fonte
99 e que os números que trabalhavam era em torno de trezentos mil brasileiros trabalhando
100 no Japão os quais se concentram nas duas províncias de Xizuoka e Iwate. Diante do
101 exposto, explicou que o que acontecia com os brasileiros no Japão era que trabalhavam
102 em regimes bastante pesados em termos de número de horas trabalhadas e que a maioria
103 deles viajava com sonho de durante três, quatro anos trabalhar pesado, poupar e voltar
104 ao Brasil e investir o dinheiro economizado em pequenos negócios. Além do mais, o
105 que se observava era que na maioria dos casos essas pessoas que por despreparo
106 investiam em alguns pequenos negócios, fracassavam, voltavam para o Japão,
107 novamente ficavam alguns anos e voltavam ao Brasil. Então, o intuito do programa era
108 facilitar a reintegração produtiva, por meio da organização de pequenas empresas pelos
109 imigrantes brasileiros quando retornassem ao Brasil. O objetivo era dar a eles um
110 mínimo de capacitação para que reduzissem os riscos dos investimentos em pequenas
111 empresas, ao retornarem ao país. Assim, informou que o programa estava atuando em
112 quatro estados: Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná e São Paulo, por serem os estados em
113 que existia a maior concentração de descendentes de japoneses. Igualmente, delineou
114 que havia sido pactuado com o BID dentro de um programa que iria durar até maio de
115 dois mil e nove de modo que completou que convênio havia sido assinado em maio de
116 dois mil e cinco. Doravante, afirmou que era um programa de quatro anos e o objetivo
117 era conseguir capacitar dez mil brasileiros e desses mil pudessem tomar a decisão
118 realmente de criar uma empresa no Brasil ao retornar de uma forma planejada. Assim
119 sendo, explicou que os componentes do programa eram difusão e implantação do
120 próprio programa, capacitação dos empreendedores, integração e capacitação
121 empresarial no Brasil. Logo, disse que o programa tinha um orçamento de três milhões
122 e cem mil dólares, sendo que o BID entra com cinquenta por cento (50%) e o Sebrae
123 com os outros cinquenta. Instruiu que uma das primeiras providências tomadas foi criar
124 um *site* para que fosse possível estar ligado aos brasileiros que estavam fora do país,
125 pois a internet permitia realmente atuar de forma bastante eficiente à distância. Sob esse
126 aspecto, notou que no *site* continha todas as informações com relação ao programa e
127 também possibilitava o atendimento aos brasileiros *on-line*: acesso a consultoria *on-line*,
128 acesso a biblioteca Sebrae e a agência Sebrae de notícias, de modo que sessenta e sete
129 por cento (67%) dos acessos feitos eram de pessoas que estavam no Japão, e trinta e um
130 por cento (31%) de pessoas que estavam no Brasil. Dessa forma, comentou que os
131 cursos que tinham era o “iniciando um pequeno grande negócio”, um curso tipicamente

132 voltado para quem quisesse realmente começar sua carreira de empreendedor;
133 porquanto, disse que era um curso interessante que tratava de aspectos comportamentais
134 do empreendedorismo e também oferecia ferramentas de gestão empresarial e,
135 principalmente, inicia as pessoas na construção de planos de negócio; “apreender a
136 empreender” - um curso de menor carga horária-, o qual trabalhava principalmente a
137 questão do comportamento empreendedor, ponto fundamental; “análise e planejamento
138 financeiro” para ajudar a fazer seu próprio planejamento familiar em termos de
139 administrar as rendas, exatamente para poder gerar as poupanças que, na verdade, era o
140 que movia os brasileiros a irem para o exterior conseguir trabalhar por algum tempo e
141 trazer de volta algum dinheiro para o Brasil, em torno de sessenta a setenta mil dólares;
142 “como vender mais e melhor”, curso voltado para quem tinha empresa, principalmente
143 nos primeiros dois anos, o qual era o período mais crítico de uma pequena empresa; “de
144 olho na qualidade”, era um curso voltado para àquelas empresas um pouco mais
145 maduras, mas que precisavam realmente estar sempre olhando para qualidade dos
146 produtos, porque realmente o mercado era muito dinâmico e se isso não fosse tratado, a
147 tendência seria a empresa correr o risco de sair do mercado. No ensejo, completou
148 informando que haviam capacitado mil duzentas e quinze pessoas, feito cerca de mil e
149 quinhentas consultorias presenciais e que, em termos de atendimento presencial, haviam
150 atingido quase vinte e cinco mil pessoas. Informações técnicas à distância, no período
151 de dois mil e cinco a dois mil e sete, quase sessenta mil informações técnicas foram
152 buscadas no *site*. Então, no total de atendimento à distância, sessenta e duas mil e
153 quinhentas pessoas foram atendidas e o total de atendimentos havia chegado a quase
154 oitenta e sete mil pessoas atendidas. Assim, informou que realizavam a cada ano um
155 congresso brasileiro sobre movimento Dekasseguis, e que haviam sido realizados três, o
156 próximo seria em São Paulo, em novembro, para aproveitar o ano do centenário da
157 migração Japonesa. Norteou, ainda, que a escolha da cidade de São Paulo foi devido à
158 maior concentração de descendentes de japoneses no Brasil. Oportunamente, explicitou
159 que anualmente no Japão tinha um evento chamado Expo Business, um evento para
160 brasileiros realizado por uma empresa de brasileiros no Japão e que participavam com
161 atendimento presencial aos brasileiros e, também, concentravam atividade,
162 principalmente, em ciclo de palestras, porque era uma forma mais efetiva de levar
163 informações importantes para os brasileiros fora do país. Sob esse ponto, informou que
164 no ano de dois mil e oito, no Japão, utilizaram uma ferramenta ou uma metodologia
165 conhecida no Brasil a chamada “Sebrae itinerante”, que era ao invés do Sebrae esperar

166 que o cliente procurasse os postos de atendimento, o Sebrae iria atrás do cliente e que
167 experiência dera resultados positivos; completou que mais quatro “Sebrae itinerante”
168 estavam sendo programados. Expôs que pretendiam, até o final do ano, ter a
169 metodologia testada e, assim, lançar seis novos casos de sucessos, porque diziam que a
170 denominação Dekasseguis, segundo os próprios líderes da comunidade, teria um termo
171 de idioma japonês e tinha conotação pejorativa, de pessoas que teriam fracassado, entre
172 aspas, no Brasil e, por isso, foram buscar o sucesso fora do país. Então, o intuito era
173 amenizar esse tipo de problema, e os casos de sucesso teriam essa conotação de auto-
174 estima, ou seja, de mostrar que seria possível um dekassegui voltar ao Brasil e ter
175 realmente sucesso no Brasil abrindo uma empresa. Fez saber que iriam lançar o guia dos
176 Dekasseguis, porém, estavam ainda em fase de revisão, publicação e lançamento, que
177 seriam “partindo para o Japão” e “vivendo no Japão”, que iria um pouco além do escopo
178 do programa com o BID, falando sobre alguns problemas levados pelos dekasseguis ao
179 Sebrae. Outro pilar do trabalho desenvolvido pelo Sebrae, seria continuar com o
180 “Sebrae itinerante”, sobre o qual havia a sugestão de fazer de três em três meses,
181 mandar uma equipe de técnicos viajar pelas cidades onde existia a concentração de
182 brasileiros, para levar até eles orientações presenciais, principalmente casando as ações
183 com eventos importantes que envolvessem a comunidade brasileira no Japão. Ademais,
184 comentou sobre algumas ações para dois mil e oito, entre elas a realização de parcerias
185 com rádios comunitárias no Japão para veicular algum tipo de curso a distância;
186 divulgação de material informativo, para que lessem e conhecessem melhor o programa;
187 parcerias, também, com escolas de brasileiros no Japão; participação na Expo Business
188 dois mil e oito, com o *stand* do programa do Sebrae; e outro evento que iria ocorrer em
189 Hamamate, em novembro, e na Promofest. Com isso, esclareceu que procuravam usar
190 todos os canais de comunicação que eram razoáveis e possíveis para estar em contato
191 com a comunidade de brasileiros. Disse, ainda, que por parte do BID, tinham interesse
192 em levar a metodologia para outros países, como o caso do Peru, que também tinha um
193 grande número de migrantes no Japão e, provavelmente, o Sebrae seria convidado a
194 participar da cooperação em nível internacional, para tentar oferecer a essa comunidade
195 uma possibilidade de retornar ao Brasil para atividades produtivas e que realmente não
196 fosse mais necessário voltar ao Japão. O senhor Paulo Sérgio de Almeida, Presidente do
197 CNIg, agradeceu a apresentação feita pelo representante do Sebrae e afirmou que foi
198 muito interessante e importante para o Conselho conhecer. Em complemento, notou que
199 existiam várias iniciativas ocorrendo em relação aos brasileiros no exterior e a

200 estrangeiros no Brasil, e o papel do CNIg era de conhecer essas iniciativas e tentar, de
201 alguma forma, articular essas iniciativas com outras existentes. Do mesmo modo,
202 completou que a iniciativa realizada pelo Sebrae poderia ser articulada com o projeto
203 Casa do Trabalhador Brasileiro, de modo que mencionou que lançaram, recentemente,
204 uma cartilha, chamada “Brasileiros e Brasileiras no Exterior - informações úteis”, que
205 visava orientar tantos os brasileiros que estavam migrando quanto aqueles que estavam
206 fora do país, sobre direitos, deveres e órgãos que prestavam determinados serviços;
207 assim, afirmou que na Cartilha indicava o Sebrae como referência na parte de
208 empreendedorismo. Por outro lado, a Conselheira Christina Aires Corrêa Lima,
209 representante da CNI, destacou que na viagem feita a Boston, na visita à comunidade de
210 brasileiros na cidade, uma das principais reivindicações foi que proporcionassem um
211 curso de empreendedorismo e indagou se o Sebrae poderia formatar um programa, mas
212 voltado para as comunidades de diversos países que tinham realidades distintas. O
213 Conselheiro Maurício Lucena do Val, representante do MDIC, sugeriu ao Presidente do
214 CNIg que, nas próximas missões do Conselho às comunidades de brasileiros no
215 exterior, convidasse o Sebrae a integrar essa missão, no sentido de ter a oportunidade de
216 identificar o potencial de apoio que a instituição pudesse dar àquela comunidade. O
217 Conselheiro Rinaldo Gonçalves de Almeida, representante do MTE, relatou que, a
218 convite do Presidente do Conselho, esteve na semana anterior em Governador
219 Valadares/MG, numa audiência pública, em que tratavam da preocupação dos
220 retornados dos Estados Unidos, em um cenário em que a economia americana está
221 enfraquecendo e a economia brasileira aquecendo. Disse que a repressão aos imigrantes
222 indocumentados nos EUA estava cada vez mais forte, com relatos quase diários de
223 brasileiros sendo presos, deportados e retornando para o Brasil com a poupança que
224 tinham e investindo em especulação imobiliária, por falta de alternativas. Igualmente,
225 explicou que a audiência pública foi para tratar justamente das possibilidades de
226 desenvolvimento local e existia, portanto, uma enorme demanda de pessoas que
227 estavam voltando com o dinheiro na mão e precisavam de algum tipo de apoio, seja do
228 Estado, seja dos órgãos de fomento. Indagou se haveria alguma possibilidade, mesmo
229 antes do projeto terminar, de fechar o financiamento, de haver alguma integração com o
230 Sebrae local para que houvesse algum atendimento emergencial, em função da atual
231 conjuntura. O senhor Silmar Pereira Rodrigues, representante do Sebrae, pontuou que a
232 comunidade brasileira nos Estados Unidos estava começando a ser atendida por um
233 programa da Caixa Econômica Federal, juntamente com o BID e que o Sebrae estava

234 apoiando. Em complemento, notou que a idéia do programa nos Estados Unidos era
235 parecida com a do Japão, mas que, obviamente, as duas comunidades tinham uma
236 diferença fundamental: os brasileiros que estavam no Japão estavam de forma legal e na
237 comunidade brasileira nos Estados Unidos havia um grande número de pessoas que
238 estavam com problemas de documentação. Então, a iniciativa da Caixa junto ao BID era
239 tentar achar formas de integrar essas comunidades brasileiras, ao que eles chamam de
240 bancarização, ou seja, que eles pudessem usar a estrutura da Caixa para remeter
241 dinheiro para o Brasil de forma legal. No tocante, disse que havia unidade do sistema
242 Sebrae indicada para dar um apoio maior a essas pessoas e a idéia era mais ou menos
243 parecida com a do atendimento aos dekasséguis, de integrar essas pessoas no retorno ao
244 Brasil via empreendedorismo ou ainda a possibilidade de mandarem recursos para o
245 Brasil de uma forma legal para que seus parentes no Brasil abrissem pequenas empresas
246 e conseguissem gerar renda e emprego. Assim, delineou que qualquer pessoa que
247 entrasse na *internet* poderia ter um conhecimento maior do que era o programa. A idéia
248 do programa, até por questões legais, era capacitar as pessoas a usarem suas poupanças
249 em pequenos negócios, ou seja, as pessoas gerando seu próprio posto de trabalho, mas
250 de preferência no Brasil. Por fim, declarou que estariam dispostos, sempre que fosse
251 necessário, a visitar os Conselheiros para contar um pouco o que Sebrae estava fazendo,
252 de modo que estavam abertos às sugestões e críticas, porque tinham no Sebrae uma
253 filosofia de trabalho, em outras palavras, estavam sempre aprendendo. **5. Análise APL**
254 **sobre brasileiros transferidos para o exterior.** Concluído o item quatro da pauta, o
255 Presidente do CNIg passou ao ponto cinco, que era análise do anteprojeto de lei sobre
256 brasileiros transferidos para o exterior. Informou que no dia 05 de março houve a
257 terceira reunião sobre esse ponto, o anteprojeto de lei visando à alteração da Lei nº.
258 7.064/82, e havia alguns pontos divergentes entre as bancadas de trabalhadores e a
259 bancada de empregadores, que, em sua opinião não eram pontos essenciais, não
260 invalidava o trabalho. Uma das questões era referente às férias, um ponto específico do
261 anteprojeto de lei em que se debatia a questão de que se o trabalhador não quisesse tirar
262 férias no Brasil, se seria possível ser indenizado e essa era a proposta da bancada dos
263 trabalhadores. Havia, igualmente, o ponto da repatriação de restos mortais, que era um
264 ponto importante na medida em que muitas vezes, em caso de óbito, o projeto de lei não
265 especificava a obrigatoriedade do custeio da repatriação de corpos. Outro ponto em
266 divergência seria do FGTS, por conta de que a bancada dos trabalhadores entendia que
267 não caberia saque na conta de fundo de garantia feita pelos empregadores. Nesse

268 sentido, informou que a previsão, inclusive, da atual legislação era essa, no caso que
269 seria para compensar a quitação de direitos no exterior. Ainda, comentou que a
270 Coordenação Geral do Conselho Curador do Fundo de Garantia entendia que esse ponto
271 da legislação estaria superado por disposições legais subseqüentes sobre o FGTS. A
272 bancada empresarial entendia, entretanto, que era um ponto importante que deveria
273 constar no projeto de lei. Para complementar, referiu que não iriam buscar consenso a
274 todo custo, por conta de que essa não era atribuição do Conselho, mas da área de
275 relações de trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. Logo, esclareceu que
276 entendiam que deveriam fazer mais uma reunião, a princípio, para que pudessem dar
277 segmento ao tema, até porque havia outro projeto de lei tramitando no Congresso
278 também prevendo a alteração da Lei 7.064 de 1982. Nesse caso específico, era interesse
279 de todos terem algo consensuado de uma forma concreta e objetiva. No ensejo, revelou
280 que na manhã seguinte haveria reunião sobre o assunto e que todos estavam convidados
281 a participar às nove horas e trinta minutos, para tentar encerrar a discussão. **6:**
282 **Apresentação Relatório do GT referente ao tema Saúde e Migrações.** Dessa feita, o
283 Presidente passou ao próximo ponto que seria o relatório do grupo de trabalho sobre o
284 tema migrações e saúde. O tema foi adiado para aguardar a presença do Conselheiro
285 Marcus Quito, coordenador do grupo de trabalho. **7. Informação sobre o andamento**
286 **do projeto “Casa do Trabalhador Brasileiro”.** O Presidente do CNIg passou, então,
287 para o próximo ponto da pauta que seria sobre o andamento da Casa do Trabalhador
288 Brasileiro. Antes de entrar no item sete, o Conselheiro Nielsen de Paula Pires,
289 representante do MEC, destacou que tinha, em mãos, uma reportagem do jornal El
290 Mercurio, de Santiago, que tratava sobre migrações na América Latina. A reportagem
291 de quatro páginas, explicou, informava que o Brasil voltou a receber imigrantes e se
292 destacava na notícia de que, em dois mil e sete, o Ministério do Trabalho Brasileiro
293 havia concedido trinta mil autorizações de trabalhos permanentes e temporários a
294 estrangeiros e, também, que o número era quarenta e seis vírgula dois por cento (46,2%)
295 maior que em dois mil e quatro, quando foram dadas cerca de vinte mil concessões. Do
296 mesmo modo, destacou a projeção que estava ocorrendo do trabalho feito pelo Conselho
297 na questão de imigração dentro do contexto latino-americano, o qual fora reconhecido
298 por um jornal de grande circulação no Chile. Da mesma maneira, solicitou que a matéria
299 fosse distribuída aos demais membros do conselho. O senhor Paulo Sérgio de Almeida,
300 Presidente do CNIg, agradeceu a informação e afirmou que tiveram, ao longo desse mês
301 março, muitas matérias sobre imigração, inclusive, vários veículos se reportaram as

302 estatísticas que haviam sido divulgadas do ano de dois mil e sete, na qual registrou-se
303 um aumento na vinda de estrangeiros para o Brasil, mas um aumento dentro de um
304 aquecimento da atividade econômica brasileira; acrescentou que o Brasil teve um
305 crescimento econômico importante de mais de cinco por cento (5%) em dois mil e sete.
306 Seguindo com o tema sobre o projeto da Casa do Trabalhador Brasileiro, enfatizou que,
307 após a última reunião, tiveram evoluções no Ministério do Trabalho e Emprego, entre
308 elas a primeira apresentação do projeto inicial ao Ministro Carlos Lupi. No ínterim,
309 comentou que foi apresentada ao Ministro uma pesquisa em que coletaram três
310 exemplos de iniciativas que poderiam ser utilizadas como parâmetro para a Casa do
311 Trabalhador Brasileiro: a primeira foi o projeto do Ministério da Cultura, chamado
312 Pontos de Cultura, de modo que explicou que dentro do programa Cultura Viva o
313 Ministério estava estimulando a criação dos chamados ponto de cultura no Brasil e no
314 exterior, locais de promoção da cultura brasileira que os brasileiros poderiam buscar
315 para ter contato com a cultura brasileira e que o único em funcionamento era o Ponto de
316 Cultura de Paris; outro modelo eram as casas chamadas Casa do Brasil, que existia em
317 Paris e Madri, os quais eram projetos antigos, da década de sessenta, uma vez que eram
318 estruturas físicas criadas para atender a estudantes, professores e pesquisadores
319 brasileiros nesses países no sentido de proporcionar alojamento, biblioteca, espaços de
320 apoio para que as pessoas pudessem desenvolver atividades acadêmicas nesses países; o
321 terceiro projeto estudado, completou o Presidente, foi o do CIATE São Paulo, que era o
322 Centro de Informação e Apoio a Trabalhadores no Exterior, um projeto financiado pelo
323 Ministério do Trabalho japonês, e que esse centro foi criado no Brasil como uma
324 entidade de personalidade jurídica privada, mas que a idéia desse centro era um pouco
325 diferente, porque visava à levar informação a trabalhadores brasileiros migrantes no
326 Japão e funcionava em parceria com uma associação de nipo-brasileiros em São Paulo.
327 Então, a proposta da Casa do Trabalhador Brasileiro não era criar cargos, não seria
328 deslocar funcionários brasileiros para o exterior, mas era trabalhar em parceria com
329 instituições existentes nas comunidades de brasileiros fora do país. Ademais, ressaltou
330 que a Casa deveria trabalhar informação e orientação sobre direitos trabalhistas e,
331 eventualmente, previdenciários, caso o Ministério da Previdência pudesse estar com o
332 Conselho nessa iniciativa; parecia que já houve algum contato e havia um interesse do
333 Ministério da Previdência e, casualmente, apoio jurídico. Da mesma forma, a idéia era
334 trabalhar com ações de qualificação, tanto a qualificação profissional como ações de
335 empreendedorismo, inclusão digital, aprendizagem de idioma, porque estava dentro do

336 programa de qualificação profissional; para ações de certificação profissional, ou seja,
337 de alguma maneira fosse possível certificar habilidades adquiridas pelos brasileiros no
338 exterior, para que pudessem utilizá-las no Brasil. Por outro lado, notou que estavam
339 trabalhando com a possibilidade de emissão de Carteiras de Trabalho também pelas
340 Casas, para aqueles brasileiros que quisessem retornar ao Brasil, chegassem com
341 Carteira de Trabalho emitida e incluída, por exemplo, no SINE, sistema de
342 intermediação de mão-de-obra brasileira, para que ganhassem tempo no processo de
343 reintegração ao mercado de trabalho brasileiro. Outrossim, que poderiam pensar em
344 ações de manutenção do vínculo previdenciário, se o Ministério da Previdência assim
345 entendesse que seria adequado. Diante do exposto, referiu que estavam avaliando dois
346 modelos: o primeiro modelo que chamavam de modelo “rótulos e projetos”, que a Casa
347 não existiria fisicamente, na verdade o Ministério faria um chamamento apresentando
348 um rol de projetos que tinha interesse em implementar no exterior, por exemplo, o
349 projeto de informação seria o projeto de qualificação profissional e outro de inclusão
350 digital apresentaria um rol de projetos e, então, fariam um chamamento por edital;
351 assim, as entidades que se interessassem apresentariam projetos para o Conselho e uma
352 comissão avaliadora no Brasil selecionaria tais projetos que seriam habilitados a receber
353 recursos para implementá-los através dessas entidades; um segundo modelo que estava
354 sendo estudado era o da estrutura física, a Casa existiria fisicamente, seria uma pessoa
355 jurídica sem fins lucrativos e privada, não seria um órgão de estado, e a idéia era que o
356 Ministério também pudesse dizer quais as atividades que gostaria que a Casa
357 executasse, e também seria lançado um edital e uma entidade ou um grupo de entidades
358 no exterior se habilitaria, apresentaria o projeto e uma comissão avaliadora também
359 analisaria e veria qual era o melhor projeto, para que a entidade ou grupo de entidade
360 escolhida implantasse a Casa e tomaria todas as medidas no sentido de implantar e
361 executar as atividades inerentes a Casa. Para complementar, afirmou que esse modelo
362 previa a constituição de um Conselho deliberativo que funcionaria no Brasil. Então, a
363 idéia era começar, efetivamente, por Boston, mas ter pelo menos quatro Casas, de
364 acordo com o projeto inicial, mas pensar em algo com relação aos brasileiros no
365 Paraguai. Outra sugestão era fazer uma Casa na Europa, com possibilidades de ser na
366 Espanha por conta do crescimento das comunidades de brasileiros naquele país, dos
367 problemas que existiam no país e também devido à proximidade com o Ministério do
368 Trabalho Espanhol. Outra casa poderia ser no Japão, seria o quarto ponto. Nesse
369 sentido, esclareceu que havia uma atividade prevista - o seminário no dia três de abril,

370 em São Paulo -, junto com a Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Japão, em que
371 iniciariam uma discussão para conhecer as possibilidades de fazer uma Casa do
372 Trabalhador Brasileiro no Japão. Fez saber que no Paraguai tinham o apoio do Itamaraty
373 na visita, que não estava medindo esforços em proporcionar uma agenda para o
374 Conselho, porque era uma região que necessitava muito da atenção do Estado brasileiro.
375 Por conta disso, agradeceu o apoio do Itamaraty nas iniciativas do Conselho. Por outro
376 lado, contou que o seminário do dia três de abril teria como tema “trabalhadores
377 brasileiros no exterior”, que era a primeira parte do evento, e a segunda, “situação atual
378 da política de imigração”. Destacou que setenta e duas pessoas haviam feito a inscrição
379 para o evento e a maioria delas era ligada à comunidade de nipo-brasileiros. Explicou
380 que no seminário teria oito tópicos a serem debatidos: os procedimentos de imigração
381 no Japão, relacionados aos Dekasseguis; visão do estado japonês, no qual um
382 representante do Cônsul do Japão, em São Paulo, explanaria sobre o assunto; direitos e
383 deveres dos brasileiros no Japão, especialmente referentes a trabalho e seguridade
384 social, que seria um representante do CIATE, que falaria sobre o tema; possíveis
385 problemas vivenciados pelos trabalhadores brasileiros no Japão e possíveis soluções, o
386 representante da comunidade nipo-brasileira seria o responsável por falar sobre a
387 questão; a ação das chamadas empreiteiras de mão-de-obra e das recrutadoras de mão-
388 de-obra no Brasil e no Japão, em relação aos brasileiros imigrantes; atividades
389 desempenhadas pelo CIATE, e a relação dessa entidade com organizações brasileiras e
390 japonesas; a visão da comunidade nipo-brasileira sobre o processo migratório ao Japão;
391 a visão do setor empresarial, especialmente de empresas japonesas estabelecidas no
392 Brasil; e a educação das crianças e adolescentes brasileiros no Japão. E afirmou que este
393 seminário seria muito importante e completou que havia a confirmação de algumas
394 participações de Conselheiros, entre eles a senhora Marjolaine do Canto, representante
395 da CNC; a senhora Marilena Funari, representante da CNF; a senhora Christina Aires,
396 representante da CNI; o senhor José Ribamar Dantas, representante da CGTB; Elias
397 Ferreira representante da Força Sindical; a senhora Rosane Freire Lacerda, do IMDH, e
398 o senhor Osório Vilela Filho, do Ministério do Turismo. Sobre o evento da semana de
399 oito a dez de abril no Paraguai, o senhor Paulo Sérgio de Almeida, Presidente do CNIg,
400 informou que a delegação ficaria em Foz do Iguaçu e fez a leitura da programação do
401 evento, e finalizou informando que a delegação chegaria à cidade no dia sete e
402 retornaria no dia onze pela manhã. Comunicou aos presentes que os Conselheiros que
403 fariam parte da delegação seriam: o senhor José Ribamar Dantas, representante da

404 CGTB; o senhor Nielsen de Paula Pires, representante do MEC; o senhor Marcus
405 Vinícius Quito, representante do MS; a senhora Jane Alcanfor de Pinho, representante
406 do MDIC; a senhora Cristina Ayres, representante da CNI e a senhora Marjolaine do
407 Canto, representante da CNC. E passou para a última atividade que seria a visita a
408 Espanha que estava prevista para os dias catorze a dezoito de abril. Informou que os
409 ofícios haviam sido encaminhados aos presidentes das entidades que compunham o
410 Conselho. Completou que a idéia seria ter atividade em Madri nos dias catorze e quinze,
411 e que as atividades previstas era o encontro com o Ministério do Trabalho espanhol,
412 conhecer o observatório das migrações do Ministério do Trabalho da Espanha e uma
413 atividade na fundação hispano-brasileira para conhecer o projeto que estão
414 desenvolvendo no sentido de mapear o tamanho da comunidade de brasileiros na
415 Espanha e identificar suas principais demandas. Sobre a Casa do Trabalhador Brasileiro
416 o Conselheiro Nielsen de Paula Pires, representante do MEC, destacou um dado que
417 pudesse ser usado pela presidência e explicou que durante o período de exílio na
418 América Latina na cidade do México, existia a Casa do Chile que cumpria basicamente
419 as funções que estavam desenhadas no segundo modelo de existência física da Casa.
420 Participavam, nessa oportunidade, como membro dessa comunidade um senhor
421 chamado Jose Miguel Insulsa, que tem um cargo importante na OEA hoje e, também,
422 participava dessa comunidade um senhor chamado Juan Somavia, que tem também um
423 cargo importante na Organização Internacional do Trabalho. E sugeriu que dirigissem
424 uma correspondência para ambos perguntando sobre a experiência da Casa no Chile,
425 pois o Ministério do Trabalho tinha interesse de realizar um projeto da Casa do
426 Trabalhador e se ambas as instituições, OEA e OIT, teriam algum interesse em serem
427 parceiros no desenvolvimento dessa empresa. O Conselheiro Elias Ferreira,
428 representante da Força Sindical, sugeriu que fosse contacto a UIM, União Italiana no
429 Mundo, pois tinham uma experiência internacional interessante com uma casa como se
430 fosse uma casa do trabalhador que atende os interesses do trabalhador. O Conselheiro
431 Rinaldo Gonçalves de Almeida, representante do MTE, disse que na audiência pública
432 em Governador Valadares, houve manifestações sobre a proposta da Casa do
433 Trabalhador Brasileiro, pois havia o interesse de ter uma Casa como em locais no
434 Brasil, devido o grande fluxo de retornados e, se possível, ter uma casa semelhante em
435 Governador Valadares. No que o senhor Paulo Sérgio de Almeida, Presidente do CNIg,
436 respondeu que, inclusive, esse assunto estava dentro do projeto e estavam chamando de
437 medidas complementares e que seria em locais de grande fluxo migratório para o

438 exterior, para também poder levar informação para essas pessoas. **8. Apresentação do**
439 **Relatório do GT sobre movimento de trabalhadores transferidos dentro do mesmo**
440 **Grupo Econômico Transnacional.** O Presidente do CNIg passou, então, para o
441 próximo ponto da Agenda que era o ponto do relatório do GT sobre o movimento de
442 trabalhadores transferidos dentro do mesmo grupo econômico transnacional. E explicou
443 que era um grupo novo criado por uma solicitação ao Conselho feito pela empresa
444 Petrobras, no sentido de ter regulação que permitisse a situação nova de empresas
445 brasileiras que se expandiam e adquiriam ativos no exterior. Com isso, surgiu a
446 necessidade de estrangeiros virem ao Brasil para conhecer como era o funcionamento da
447 matriz no Brasil, aprender os métodos de gestão empresarial da matriz, aprender as
448 formas que a empresa brasileira se organizava e levar essa filosofia ao exterior para
449 desenvolver os projetos de interesse dessa matriz brasileira. Completou que havia um
450 movimento forte de internacionalização das empresas brasileiras, não apenas da
451 Petrobras como de outras grandes empresas nacionais. Então, a idéia era que esse
452 movimento de pessoas ao Brasil para absorver e aprimorar-se profissionalmente, que
453 fosse regulado por meio de resolução do Conselho Nacional de Imigração. Entretanto,
454 concluíram que existiam duas resoluções do Conselho que tratavam “do
455 aperfeiçoamento profissional”, as Resoluções Normativas 42, sobre estágio, e 37, do
456 treinamento profissional. Explicou que eram resoluções antigas e que estavam
457 defasadas, e a idéia seria reformá-las criando uma nova resolução com conceito mais
458 amplo, conceito de aperfeiçoamento profissional de modo a contemplar essa nova
459 situação. E indagou se o plenário concordava com a revisão das Resoluções 37 e a 42. O
460 que foi aceito. Adiantou, ainda, que o intuito era que a próxima reunião do Grupo de
461 Trabalho fosse somente em junho por que a representação empresarial gostaria de ter
462 um aprofundamento do debate junto aos seus representados. Não havendo opiniões
463 contrárias passou ao próximo ponto. **9. Assuntos Diversos: Relato pelo Conselheiro**
464 **Ribamar Dantas sobre funcionamento da RN 69/2006.** Em subsequência, o
465 Presidente Paulo Sérgio de Almeida passou a palavra ao Conselheiro Ribamar Dantas
466 para que pudesse fazer o relato em relação ao funcionamento da Resolução Normativa
467 69 e, logo em seguida, fariam a pausa para o almoço e regressariam à tarde com os
468 processos e com os dois relatos pendentes da parte da manhã. Com a oportunidade da
469 palavra, o Conselheiro José Ribamar Dantas, representante da CGTB, informou que há
470 algum tempo havia sido procurado pelo sindicato dos artistas e técnicos do Distrito
471 Federal da região centro-norte, com uma queixa sobre o que ocorre com relação aos

472 contratos dos artistas profissionais que vinham ao Brasil. Efetivamente, explicou, que o
473 em termos da Resolução 69 e na época da sua elaboração foi bastante discutida essa
474 questão, foi determinado à instituição do artigo terceiro que dispõe: “a regularização do
475 contrato seria perante o órgão da categoria profissional e as demais obrigações de
476 natureza tributária e trabalhista seriam de responsabilidade exclusiva do contratante”. O
477 que estava ocorrendo, exemplificou, era que vinha um mega *star* no país e era notório o
478 a sub apreciação do custo para trazer um artista de nível A e, efetivamente, o que
479 aparecia para eles eram contratos de dois mil reais, três mil reais e contratos perfeitos
480 que eram apresentados como tal pelos representantes dos artistas e também pelos
481 contratantes. Então, a preocupação que eles tinham era que parecia uma forma
482 diferenciada a situação desses artistas de nível A que ganhavam valores extremamente
483 elevados e se apresentavam ao Fisco, à entidade sindical com valores irrisórios. E
484 finalizou dizendo que eles queriam fazer uma denúncia ao Conselho, porque sabiam da
485 questão da legalidade do que estava posto, como tinham conhecimento, inclusive, do
486 próprio compromisso no inciso quinto do artigo segundo da questão da veracidade dos
487 fatos que isso poderia estar sendo denunciado. O senhor Aldo Cândido Costa Filho,
488 Coordenador do CNIg, afirmou que esta questão havia sido exaustivamente discutida no
489 Conselho e completou que todos os processos de artista na Coordenação estavam de
490 acordo com a Resolução 69. O Conselheiro José Ribamar Dantas, representante da
491 CGTB, afirmou que o objetivo era no sentido de que identificado alguma situação
492 prevalecesse à denúncia, porque o inciso quinto do artigo segundo era muito claro com
493 relação a isso e dava um instrumento de bastante força, mas de toda forma achava que o
494 objetivo maior havia sido alcançado na medida em que todas as representações do
495 Conselho tomaram conhecimento oficialmente do fato, pois na época da discussão nem
496 todos os Conselheiros estavam presentes e completou que, conforme mencionado pelo
497 Presidente, havendo sugestões no sentido de melhorar a resolução Normativa 69, o
498 Conselho poderia revê-la para aperfeiçoá-la. Finalizou agradecendo aos Conselheiros.

499 **Retomada do ponto 6. Apresentação Relatório do GT referente ao tema Saúde e**
500 **Migrações.** O Conselheiro Rinaldo Gonçalves de Almeida informou que na última
501 reunião do grupo havia traçado como estratégia a realização de uma “oficina”, que seria
502 realizada no dia oito de maio posteriormente ao próximo encontro ordinário do
503 Conselho Nacional de Imigração. Na oficina haveria falas iniciais por parte do
504 Ministério do Trabalho e do Ministério das Relações Exteriores e a partir disso
505 pretendiam levar para a reunião as diversas entidades que tinham um envolvimento com

506 as questões migratórias relacionadas aos profissionais de saúde. E completou que estava
507 prevista a vinda do Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional de Educação,
508 Conselho Federal de Medicina, os Ministérios da Saúde e da Educação, estaria presente
509 também a Andifes e as entidades que lidam com a saúde nos municípios e nos estados.
510 Disse, também, que a idéia era realizar a oficina em um auditório com um dia inteiro de
511 atividades, onde cada um dos representantes teria, inicialmente, quinze minutos para
512 fazer a sua explanação relativa ao tema e informou, ainda, que teria uma contribuição
513 importante do Ministério Público Federal, Ministério das Relações Exteriores,
514 Ministério da Justiça e o Ministério do Trabalho. Finalizou informando que seria um
515 evento pequeno, contaria com a participação dos Conselheiros do grupo de trabalho e os
516 demais Conselheiros do CNIg que quisessem participar. Por conseguinte, o Presidente
517 declarou suspenso os trabalhos do Conselho Nacional de Imigração para o intervalo do
518 almoço e que deveriam ser retomados as quatorze e trinta. **9. Assuntos Diversos:**
519 **Relato pela Conselheira Lídia Miranda à aplicação da RN 65/2005.** Prosseguindo
520 com os trabalhos, o Presidente do CNIg, Paulo Sérgio de Almeida, passou ao ponto que
521 havia ficado pendente na parte da manhã, que seria um relato da Conselheira Lídia
522 Miranda, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, sobre eventuais
523 problemas que estariam ocorrendo com a Resolução Normativa 65, que tratava sobre a
524 vinda de cientistas e pesquisadores ao Brasil dentro de bolsas de pesquisa. No que a
525 Conselheira Lídia Miranda explicou que a prática demonstrava que a norma não estava
526 bem compreendida e que havia várias demandas de instituições de pesquisa,
527 universidades públicas e privadas e principalmente do ITA e da ABC, Agência
528 Brasileira de Cooperação. Percebeu a necessidade de revisão de alguns artigos. Afirmou
529 que se podia verificar que no Artigo 1º havia duas hipóteses de ingresso de cientistas
530 estrangeiros no Brasil e nos dois casos os vistos eram os mesmos. Na primeira hipótese
531 o estrangeiro vinha para ficar no máximo trinta dias para eventos certos, determinados,
532 para participação rápida em reuniões, congressos, seminários e conferências. Na
533 segunda hipótese era a situação que o cientista, professor, pesquisador vinha fazer
534 atividades de pesquisa em campo ou laboratório no Brasil, que se chamava Cooperação
535 Científico-Tecnológica. Disse que a falha da redação anterior foi que no Artigo 2º
536 quando se refere à atividade de Cooperação científico-tecnológica não fazia referência
537 ao Artigo 1º Inciso II. Então, propôs uma nova redação conforme proposta já montada,
538 mas que achava melhor que fosse criado um grupo de trabalho para que fossem
539 apresentados todos os detalhes. O Presidente do CNIg informou que entendia que

540 precisavam, então, por razão de falha de redação, fazer uma adequação da Resolução
541 Normativa 65 e propôs que aguardassem o encerramento dos grupos de trabalho
542 existentes para que entrasse nas prioridades do CNIg. E recomendou que passassem ao
543 último ponto da pauta que seriam os processos. **10) Processos a serem relatados. 1)**
544 **Processo nº. 46000.026905/2007-95, Delmiro Edgar Thiessen Harder e**
545 **dependentes:** O Conselheiro relator, Rinaldo Gonçalves de Almeida (MTE),
546 manifestou-se pelo indeferimento, sendo seu parecer acatado pelos demais
547 Conselheiros. **2) Processo nº. 46000.024743/2007-51, Elias Abou Rached e irmãos:** O
548 Conselheiro relator, Rinaldo Gonçalves de Almeida (MTE), manifestou-se pelo
549 indeferimento, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **3) Processo nº.**
550 **46000.000415/2008-40, Ruberlando Bermúdez Morales:** O Conselheiro relator,
551 Rinaldo Gonçalves de Almeida (MTE), manifestou-se pelo deferimento, sendo seu
552 parecer acatado pelos demais Conselheiros. **4) Processo nº. 46000.029758/2007-13,**
553 **Juan Jose Pezo Del Pino:** O Conselheiro relator, Rinaldo Gonçalves de Almeida
554 (MTE), sugeriu exigência aos autos, sendo seu parecer acatado pelos demais
555 Conselheiros. **5) Processo nº. 46000.029301/2007-09, Carlos Gilberto Rebollo**
556 **Peralta:** O Conselheiro relator, Rinaldo Gonçalves de Almeida (MTE), manifestou-se
557 pelo indeferimento, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **6) Processo**
558 **nº. 46000.028599/2007-21, Alhena Josefina Acosta Jaime:** Pelo representante do
559 Ministério da Justiça, Luciana Amélio, leu o parecer do Conselheiro relator Luciano
560 Pestana Barbosa que manifestou-se por colocar o processo em sobrestado para
561 cumprimento de exigência e também diligência pela Polícia Federal, sendo seu parecer
562 acatado pelos demais Conselheiros. **7) Processo nº. 46000.002037/2008-39, Raquel**
563 **Vaz Soares:** Pelo representante do Ministério da Justiça, Luciana Amélio, leu o parecer
564 do Conselheiro relator Luciano Pestana Barbosa que manifestou-se pelo indeferimento,
565 sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **8) Processo nº.**
566 **46000.002685/2008-95, Carlos Antonio R. Quijano e dependentes:** Retirado de
567 pauta. **9) Processo nº. 46880.00147/2007-17, Haydelvis Ventura da Silva:** Pelo
568 representante do Ministério da Justiça, Luciana Amélio, leu o parecer do Conselheiro
569 relator Luciano Pestana Barbosa que sugeriu exigência aos autos, sendo seu parecer
570 acatado pelos demais Conselheiros. **10) Processo nº. 46000.022928/2007-21, Rosario**
571 **Usuriaga Rojas:** A representante do Ministério da Justiça, Luciana Amélio, leu o
572 parecer da Conselheiro relator Luciano Pestana Barbosa que sugeriu exigência aos
573 autos, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **11) Processo nº.**

574 **46000.029535/2007-48, Patricia Chaves Castro e dependentes:** Processo arquivado.
575 **12) Processo nº. 46000.019596/2007-05, Elba Adriana Vargas Santis e dependentes:**
576 O Conselheiro relator, Ralph Renderson (MRE), manifestou-se favorável ao
577 deferimento, com exceção ao filho mais velho, sendo seu parecer acatado pelos demais
578 Conselheiros. **13) Processo nº. 46000.029180/2007-97, Carlos Manuel da Silva Brito**
579 **Viana:** O Conselheiro relator, Ralph Renderson (MRE), manifestou-se favorável ao
580 deferimento, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **14) Processo nº.**
581 **08460.012514/2007-87, Jérôme Georgius C. Maria Kiebert:** Relato adiado para a
582 próxima reunião. **15) Processo nº.46000.026749/2007-62, Camila Dorna Young:**
583 Relato adiado para a próxima reunião. **16) Processo nº. 46000.029668/2007-14,**
584 **Enrique Munoz Maza:** O representante do Ministério do Turismo, Osório Vilela Filho,
585 leu o parecer da Conselheira Jane Pinho que manifestou-se favorável pelo deferimento
586 condicionado, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **17) Processo nº.**
587 **46000.030032/2007-15, Elias David Morales Martinez:** Relato adiado para a próxima
588 reunião. **18) Processo nº. 46000.022761/2007-06, Gu Ziyun:** Relato adiado para a
589 próxima reunião. **19) Processo nº. 08335.018868/2006-90, Fayez Malat:** Relato adiado
590 para a próxima reunião. **20) Processo nº. 08364.000980/2005-46, Paulo Jorge da Silva**
591 **Alves:** O representante do Ministério do Turismo, Osório Vilela Filho, leu o parecer da
592 Conselheira Jane Pinho que manifestou-se favorável pelo deferimento, sendo seu
593 parecer acatado pelos demais Conselheiros. **21) Processo nº. 46000.002934/2008-42,**
594 **Javier Alejandro Valero Elizondo:** O representante do Ministério do Turismo, Osório
595 Vilela Filho, leu o parecer da Conselheira Jane Pinho que manifestou-se pelo
596 indeferimento, porém a representante do Ministério da Justiça, Luciana Amélio,
597 solicitou vistas ao processo e propôs sobrestado para diligência, sendo seu parecer
598 acatado pelos demais Conselheiros. **22) Processo nº. 46000.028626/2007-66, Thomas**
599 **Charles Mc Kay:** A Conselheira relatora, Lídia Miranda Amaral (MCT), manifestou-se
600 favorável ao deferimento, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **23)**
601 **Processo nº. 46000.002922/2008-18, Pedro Filipe Fernandes Freitas:** A Conselheira
602 relatora, Lídia Miranda Amaral (MCT), manifestou-se favorável ao deferimento, sendo
603 seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **24) Processo nº. 46000.002778/2008-**
604 **10, Sonia Del Socorro Mejia Olivarez:** O Conselheiro relator, Nielsen de Paula
605 (MEC), manifestou-se favorável ao deferimento, sendo seu parecer acatado pelos
606 demais conselheiros. **25) Processo nº. 46000.004921/2008-16, Samuel Soria**
607 **Galvarro Calvimontes:** O Conselheiro relator, Nielsen de Paula (ME), manifestou-se

608 favorável ao indeferimento, sendo seu parecer acatado pelos demais conselheiros. **26)**
609 **Processo nº. 08460.023684/2005-25, Emilien Jean Blanchard:** O Conselheiro relator,
610 Osório Vilela Filho (MTUR), manifestou-se pelo deferimento condicionado, sendo seu
611 parecer acatado pelos demais Conselheiros. **27) Processo nº. 46000.024284/2007-13,**
612 **Masahito Hanai:** O Conselheiro relator, Osório Vilela Filho (MTUR), manifestou-se
613 pelo deferimento, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **28) Processo**
614 **nº. 46000.021970/2007-24, John James Damer:** Relato adiado para a próxima
615 reunião. **29) Processo nº. 46000.023411/2007-59, Thuy Thi Batt:** Relato adiado para a
616 próxima reunião. **30) Processo nº. 46000.022760/2007-53, Wu Lian Xiu:** Relato
617 adiado para a próxima reunião. **31) Processo nº. 46000.004307/2008-46, Yejin Sun:** O
618 Conselheiro Antônio Cortizo (CGT) leu o parecer do Conselheiro relator Valdir Vicente
619 de Barros (CGT) que manifestou-se favorável ao deferimento, sendo seu parecer
620 acatado pelos demais Conselheiros. **32) Processo nº. 46000.002686/2008-30, Yolanda**
621 **Seguro Tome:** O Conselheiro Antônio Cortizo (CGT) leu o parecer do Conselheiro
622 relator Valdir Vicente de Barros (CGT) que manifestou-se favorável ao deferimento,
623 sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **33) Processo nº.**
624 **46000.020285/2007-81, Denis Gildas Salmon:** O Conselheiro Antônio Cortizo (CGT)
625 leu o parecer do Conselheiro relator Valdir Vicente de Barros (CGT) que manifestou-se
626 pelo deferimento condicionado, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros.
627 **34) Processo nº. 46000.002328/2008-27, Jennifer Tze Fen Guo:** O Conselheiro
628 relator, José Ribamar Dantas (CGTB), manifestou-se favorável pelo deferimento, sendo
629 seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **35) Processo nº. 46000.027525/2007-**
630 **78, Irmhild Margarete Klara Haux:** O Conselheiro relator, José Ribamar Dantas
631 (CGTB), manifestou-se favorável pelo deferimento, sendo seu parecer acatado pelos
632 demais Conselheiros. **36) Processo nº. 46000.019599/2007-31, Marivel Sofia Osoreo**
633 **Bendezu:** O Conselheiro relator, José Ribamar Dantas (CGTB), manifestou-se
634 favorável pelo deferimento, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **37)**
635 **Processo nº. 46000.019059/2007-57, Salman:** O Conselheiro relator, José Ribamar
636 Dantas (CGTB), manifestou-se pelo indeferimento, sendo seu parecer acatado pelos
637 demais Conselheiros. **38) Processo nº. 46000.005342/2008-82, Rafael Gerardo**
638 **Sanchez e dependentes:** Relato adiado para a próxima reunião. **39) Processo nº.**
639 **46000.001572/2008-72, Antoniete Mary O'Connel:** A Conselheira relatora, Christina
640 Aires Lima (CNI), manifestou-se favorável pelo deferimento, sendo seu parecer acatado
641 pelos demais Conselheiros. **40) Processo nº. 46000.001571/2008-28, Richard Grant**

642 **Lewis:** A Conselheira relatora, Marjolaine do Canto (CNC), manifestou-se favorável ao
643 deferimento, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **41) Processo nº.**
644 **46000.000058/2008-10, Vincent Boucher:** A Conselheira relatora, Marjolaine do
645 Canto (CNC), manifestou-se favorável ao deferimento, sendo seu parecer acatado pelos
646 demais Conselheiros. **42) Processo nº. 46000.019710/2007-99, Reygardo Leo**
647 **Espinoza:** A Conselheira relatora, Luciana Cardoso de Carvalho (CNA), manifestou
648 pelo deferimento condicionado à indicação de repartição consular, sendo seu parecer
649 acatado pelos demais Conselheiros. **43) Processo nº. 46000.026552/2007-23, Charles**
650 **Rutherford Bridges:** A Conselheira relatora, Luciana Cardoso de Carvalho (CNA),
651 manifestou pelo deferimento, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **44)**
652 **Processo nº. 08377.000086/2007-99, Mario Waldermar Zestermann:** A Conselheira
653 relatora, Luciana Cardoso de Carvalho (CNA), manifestou pelo deferimento, sendo seu
654 parecer acatado pelos demais Conselheiros. **45) Processo nº. 46205.006211/2007-35,**
655 **David Alexander Friedrich Krebs:** A Conselheira relatora, Luciana Cardoso de
656 Carvalho (CNA), manifestou pelo deferimento condicionado, sendo seu parecer acatado
657 pelos demais Conselheiros. **46) Processo nº. 46880.000134/2007-48, Floriane Joelle**
658 **Claude Labedie:** Relato adiado para a próxima reunião. **47) Processo nº.**
659 **08711.000708/2007-31, Alfredo Lavenia:** A Conselheira relatora, Luciana Cardoso de
660 Carvalho (CNA), manifestou pelo indeferimento, sendo seu parecer acatado pelos
661 demais Conselheiros. **48) Processo nº. 46000.028976/2007-22, Xania Andrea**
662 **Caagbay Beja:** A Conselheira relatora, Luciana Cardoso de Carvalho (CNA),
663 manifestou pelo deferimento, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **49)**
664 **Processo nº. 46000.002633/2008-19, Leopold Leclair:** A Conselheira Marjolaine do
665 Canto (CNC), leu o parecer da Conselheira relatora Adriana Giuntini que manifestou-se
666 pelo deferimento, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **50) Processo**
667 **nº. 46000.027845/2007-28, Gilles Cheung Yick Koung:** A Conselheira relatora
668 Marilena Funari (CNF) sugeriu exigência aos autos, sendo seu parecer acatado pelos
669 demais Conselheiros. **51) Processo nº. 46205.013197/2007-26, Luca Lunghi:** A
670 Conselheira relatora Marilena Funari (CNF) sugeriu exigência aos autos, sendo seu
671 parecer acatado pelos demais Conselheiros. **52) Processo nº. 46217.00707/2007-97,**
672 **Sergio Bansotti:** A Conselheira relatora Marilena Funari (CNF) sugeriu exigência aos
673 autos, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **53) Processo nº.**
674 **46000.021538/2007-33, Russel Eugene Prince:** A Conselheira relatora Marilena
675 Funari (CNF) manifestou-se pelo indeferimento, sendo seu parecer acatado pelos

676 demais Conselheiros. **54) Processo nº. 46000.024297/2007-84, Andew Noble:** A
677 Conselheira relatora Marilena Funari (CNF) manifestou-se pelo deferimento, sendo seu
678 parecer acatado pelos demais Conselheiros. **55) Processo nº. 46000.026653/2007-02,**
679 **Simon Anthony da Silva:** A Conselheira relatora Marilena Funari (CNF) sugeriu
680 exigência aos autos, sendo seu parecer acatado pelos demais Conselheiros. **11.**
681 **Encerramento.** Sem mais a tratar, o Presidente do Conselho Nacional de Imigração,
682 Paulo Sérgio de Almeida, declarou encerrada a terceira reunião do ano de dois mil e
683 oito.